



Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fls. 121

205

2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0132641-86.2009.8.17.0001 (213933-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGUROS DPVAT S. A.  
APELADA: GILSON MANUEL DE OLIVEIRA

R  
5706

EMENTA: APELAÇÃO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. RECIBO DE QUITAÇÃO DADO PELO PLEITEANTE QUE NÃO CONFIGURA FALTA DE INTERESSE DE AGIR. REJEITADA. MÉRITO. INVALIDEZ PERMANENTE. CARÁTER APENAS PARCIAL DA DEBILIDADE. INDENIZAÇÃO PROPORCIONAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 3º, II, DA LEI 6.194/74. COMPLEMENTAÇÃO DEVIDA APENAS ATÉ O PERCENTUAL PREVISTO NA NORMA. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

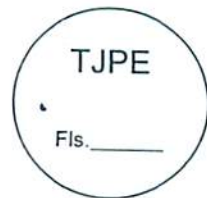
- O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação apenas parcial do quantum que o requerente julga legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei n. 6194/74, não se traduz em renúncia ao direito de postular em juízo a sua complementação, não havendo que se falar, portanto, em falta de interesse de agir.

- Ao utilizar a preposição "até", o inciso II do art. 3º da Lei 6.194/74 não deixa dúvidas de que o valor nele previsto diz respeito ao valor máximo a ser percebido por quem resultar total e





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



206

permanentemente inválido em decorrência de acidente com veículo automotor, não existindo elementos para autorizar interpretação segundo a qual a indenização deve ser sempre deferida naquele valor exato.

- Não restando dúvidas de que a indenização deve ser proporcional ao grau de invalidez resultante do sinistro, a complementação da indenização deve observar o limite correspondente ao percentual de invalidez experimentado pela vítima, nos termos da tabela anexa à lei de regência.

- Recurso parcialmente provido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, em **DAR PROVIMENTO PARCIAL** ao recurso, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram o julgado.

Sala de Sessões,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



2ª CÂMARA CÍVEL

**APELAÇÃO CÍVEL 0132641-86.2009.8.17.0001 (213933-3)**

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGUROS DPVAT S. A.  
APELADA: GILSON MANUEL DE OLIVEIRA

R E L A T Ó R I O

Cuida-se de recurso interposto de sentença (fls. 84/88) que julgou procedente Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, condenando a Apelante a pagar ao Apelado indenização complementar no importe de R\$ 10.125,00 (dez mil, cento e vinte e cinco reais), consubstanciada na diferença entre o valor já pago - R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta cinco) - e o valor máximo previsto na Lei 6.194/74 para os casos de invalidez permanente - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) -, corrigida monetariamente a partir da data do pagamento feito a menor, incidindo juros de 1,0 % (um por cento) ao mês desde a citação.

A Apelante ainda foi condenada ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% sobre o valor da condenação.

O magistrado entendeu comprovado nos autos o fato constitutivo do direito do Apelado, qual seja a invalidez permanente, decorrente de acidente de trânsito, bem como devida indenização correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), nos moldes da Lei 6.194/74, razão pela qual deve haver a complementação perseguida.





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*

TJPE

Fis. \_\_\_\_\_

208

A Apelante principia suas razões recursais (fls. 91/99) aduzindo preliminar de falta de interesse de agir do Apelado, tendo em vista ele já haver recebido o valor que lhe seria devido, do qual passou recibo, dando plena e geral quitação.

No mérito, assevera que a indenização em questão foi corretamente paga, de acordo com o grau de invalidez do apelado, conforme tabela anexa à lei de regência, pugnando ao final pela completa reforma da sentença.

Devidamente intimado para apresentar contrarrazões, o Apelado, em suma, requer a manutenção da sentença por seus próprios fundamentos. (fls. 106/110)

É o relatório.

Diante da desnecessidade de revisão, eis que tramitou sob o rito sumário, remeta-se o feito diretamente à pauta, nos termos do art. 76, parágrafo único<sup>1</sup>, do Regimento Interno do TJPE.

Recife, 06/05/00

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator

<sup>1</sup> Art. 76. (...)

Parágrafo Único - Nos recursos interpostos nas causas de procedimento sumário, de despejo e nos casos de indeferimento liminar de petição, não haverá revisor.



2ª CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL 0132641-86.2009.8.17.0001 (213933-3)

RELATOR: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES  
APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGUROS DPVAT S. A.  
APELADA: GILSON MANUEL DE OLIVEIRA

V O T O

**PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR**

Não há que se falar, no caso sob exame, de falta de interesse de agir.

Com efeito, o fato de o Apelado ter recebido administrativamente o valor oferecido pela Apelante não impede que ele pleiteie judicialmente a diferença da qual se entende credor.

Por oportuno, trago à colação o seguinte acórdão do C. STJ, com grifo nosso:

.....  
DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO SOB O RITO SUMÁRIO. SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). COMPLEMENTAÇÃO DE INDENIZAÇÃO. ADMISSIBILIDADE. - O recibo de quitação outorgado de forma plena e geral, mas relativo à satisfação parcial do quantum legalmente assegurado pelo art. 3º da Lei n. 6194/74, não se traduz em renúncia a este, sendo admissível postular em juízo a sua complementação. Precedentes. (REsp 363.604/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/04/2002, DJ 17/06/2002 p. 258)

.....





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



210

Destarte, e sem mais delongas, **REJEITO** a preliminar ventilada.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator



**MÉRITO**

Tratam os autos de discussão quanto à existência de saldo residual a ser pago pela Apelante ao Apelado, a título de indenização securitária DPVAT, ensejada por invalidez permanente.

Neste aspecto, entendo assistir, em parte, razão à Apelante, em face da dicção da própria lei<sup>1</sup>.

Ora, ao utilizar a preposição "até", o dispositivo não deixa dúvidas de que o valor nele previsto diz respeito ao teto da quantia a ser percebida por quem resultar total e permanentemente inválido em decorrência de acidente com veículo automotor, não existindo nada que autorize interpretação segundo a qual a indenização deve ser deferida sempre naquele valor exato.

Nem mesmo para o senso comum referida interpretação faz sentido, pois a lei previa indenização em exatos quarenta salários mínimos em caso de evento morte, sendo inconcebível a percepção da mesma quantia por alguém que, por exemplo, perdeu os movimentos de um braço ou de uma perna.

Destarte, não há dúvidas de que a indenização deve ser proporcional ao grau de invalidez resultante do sinistro. A propósito, veja-se o recentíssimo julgado a seguir (grifos nossos) :

---

<sup>1</sup> Lei 6.194/74, Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;  
II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e (...)





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



212

.....  
CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL. DPVAT. INVALIDEZ  
PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO.  
POSSIBILIDADE. TABELA PARA CÁLCULO DE INVALIDEZ. SALÁRIO  
MÍNIMO. EQUIVALÊNCIA. RECURSO NÃO CONHECIDO. I. Em caso de  
invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve, por  
igual, observar a respectiva proporcionalidade. II. A  
extensão da lesão e grau de invalidez determinado pela Corte  
local exige o reexame do conjunto fático-probatório dos  
autos. III. Recurso não conhecido. (REsp 1119614/RS, Rel.  
Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em  
04/08/2009, DJe 31/08/2009)

.....

Assim, como a lei não previu expressamente de que  
maneira seria quantificado o valor a ser indenizado, o Conselho  
Nacional de Seguros Privados - CNSP, no uso das atribuições que  
lhe foram conferidas pelo art. 12, caput<sup>2</sup>, da própria Lei 6194/74  
- não havendo que se falar, portanto, em conflito normativo -,  
emitiu a Resolução 109/04, cujo art. 13, II, dispõe:

.....

Art. 13. A sociedade seguradora efetuará o pagamento das  
indenizações a seguir especificadas, por pessoa vitimada:  
(...) II - em caso de invalidez permanente, desde que esteja  
terminado o tratamento e seja definitivo o caráter de

<sup>2</sup> Art. 12. O Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta Lei.



invalidez, a quantia que se apurar, tomando-se por base o percentual da incapacidade de que for portadora a vítima, de acordo com a tabela constante das normas de acidentes pessoais, tendo como indenização máxima a importância segurada prevista nas normas vigentes, na data de liquidação do sinistro; (...)

.....

A tabela mencionada no dispositivo transcrito foi instituída, por sua vez, pela Circular SUSEP 29/91, detalhando os percentuais indenizatórios a serem observados conforme a invalidez do segurado, tabela esta que foi posteriormente incorporada como anexo à própria lei<sup>3</sup>, com pequenas modificações.

Nesta esteira, o laudo do IML (fl. 20) atesta que o "periciando deambula claudicante, não conseguindo realizar quaisquer movimentos com o pé esquerdo, que se mostra edemaciado (ausência total de flexão e extensão; perda da sensibilidade)".

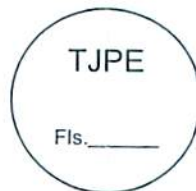
Ora, compulsando a tabela acima referida, encontrada à fl. 41 dos autos, vejo que a situação do Apelado amolda-se com perfeição à hipótese de "perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés", para a qual é prevista indenização no importe de 50% (cinquenta por cento) do valor máximo - R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais).

<sup>3</sup> Incluído pela Medida Provisória 451/2008, posteriormente convertida na Lei 11.945/2009.





Poder Judiciário  
Tribunal de Justiça de Pernambuco  
*Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes*



214

Isto posto, **DOU PROVIMENTO PARCIAL** ao apelo, para reduzir a complementação ao montante de R\$ 3.375,00 (três mil, trezentos e setenta e cinco reais), alcançando a indenização final o valor de R\$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais), mantida a sentença nos demais termos.

É como voto.

Recife,

Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

Relator